

A IMPORTÂNCIA DA RECIPROCIDADE NO DESEMPENHO SOCIOECONÔMICO DA AGRICULTURA FAMILIAR.

Rubens Wladimir Tesche¹

João Armando Dessimon Machado²

RESUMO

Neste trabalho busca-se entender a importância da prática de cooperação entre agricultores familiares em uma região do Rio Grande do Sul a partir das suas relações socioeconômicas endógenas e exógenas. Da análise das relações endógenas vem a compreensão da lógica econômica da unidade familiar agrícola, produzir o necessário para o auto-sustento com adequado uso da mão-de-obra familiar disponível. A partir das relações exógenas dos agricultores familiares se compreende diversos costumes, tradições, culturas e simbolismos presentes nas suas relações sociais, incluindo as relações de reciprocidade, ao mesmo tempo em que se entende como e porque se transformam em agricultores integrados ao mercado e aos complexos agro-industriais. Assim, constata-se a integração mercantil dos produtores de leite e o confronto com o oligopsonio das indústrias de laticínios, que detêm o poder de definição do preço do produto. Objetivando contrabalançar este poder, os produtores se organizam em redes de comercialização, aumentando sua capacidade de reivindicação por melhor preço e condições de produção. A compreensão desse processo de organização dos produtores em grupos informais ou formais envidou esforços desse estudo, a fim de compreender como e por que se formam essas redes de cooperação entre tais produtores e não entre outros, além de verificar se essa organização oportuniza obter um melhor desempenho socioeconômico. Os resultados levam à duas conclusões: as redes de cooperação formadas entre produtores de leite são geradas a partir de relações de trabalho e das relações sociais de reciprocidade, cabendo à dádiva um papel importante na formação de confiança entre eles; essas redes de cooperação proporcionaram melhores resultados nos indicadores sociais e econômicos.

Palavras-chave: Agricultura familiar; reciprocidade; desempenho socioeconômico.

ABSTRACT

¹ Engenheiro Agrônomo, extensionista rural da EMATER/RS, Prof. de Economia Agrícola da Faculdade de Horizontina/RS, Mestre em Desenvolvimento Rural pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural/UFRGS. Endereço: Rua do Carmo-973, Jardim das Palmeiras, Santo Ângelo/RS. CEP: 98.804-280. rubenstesche@yahoo.com.br

² Médico Veterinário, Doutor em Economia Agroalimentar pela Universidade de Córdoba/Espanha, Professor do Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural/UFRGS. joão.dessimon@ufrgs.br

The present work tries to understand the importance of the cooperation practice amongst familiar rural workers in a region of the state of Rio Grande do Sul from the internal and external socio-economical relations. From the analysis of internal relations comes the comprehension of economic logic of the family of rural workers in producing only the necessary for their self-support with adequate use of available familiar labour. The external relations of the rural workers are comprised of several traditions, culture and symbolism which are present on social relations in the family including the reciprocity relations and, at the same time, it is understood how and why the latter changes in rural workers integrated to the market and the agro-industrial complexes. Thus, this the merchant integration of milk producers and the confrontation with the oligopsonies of dairy products, which have the power to dictate the price of products. In order to balance this power, the producers organize themselves into joint network trades in order to increase their bargain capabilities, better price and product conditions. The comprehension of the process of organization in formal and informal exerted the efforts of this study, in order to understand how and why these cooperation networks amongst such producers and not amongst others. Besides, it may be verified whether this organization gives opportunities to obtain a better socio-economical performance. The results led to two conclusions: the cooperation networks formed amongst milk producers are generated from the work and social relations of reciprocity, where the main concepts play an important role on trust formation amongst them; these cooperation networks have given better results on the social and economical indicators.

Key words: Familiar agriculture; reciprocity; socio-economical performance.

I. INTRODUÇÃO

Os agricultores familiares no Rio Grande do Sul se utilizam de diversas formas de geração de renda com atividades agrícolas, coletivas ou individuais para sobreviverem e se reproduzirem socialmente, preservando características camponesas, como a produção de subsistência, mas processam uma metamorfose para adequarem-se às regras do mercado, buscando a diminuição dos custos e aumento da renda.

Atualmente, tem-se na cadeia produtiva do leite (produtor → transportador → indústria → comércio → consumidor) um dos exemplos da externalização das novas regras de mercado, em que a globalização da economia exerce influência sobre o modo de vida da agricultura familiar.

Esta cadeia produtiva vem passando por transformações nas últimas décadas, com a expansão da atividade leiteira para regiões longínquas às indústrias e aos centros consumidores

em função de novas tecnologias de produção e industrialização, trazendo aumento na oferta da produção e redução dos preços pagos aos produtores.

Assim, com a integração mercantil dos produtores de leite, ocorre o enfrentamento com o oligopsônio das indústrias de laticínios. Nessa relação vertical assimétrica entre os produtores e as indústrias, o poder de definição do preço do leite está com estas últimas. Objetivando contrabalançar este poder, os produtores se organizam em redes de comercialização conjunta, aumentando sua capacidade de barganha e de reivindicação por melhor preço e condições de produção.

Torna-se importante compreender o processo de organização dos produtores em grupos (informais) ou condomínios (formais) e verificar se esse processo de organização produz um melhor resultado no desempenho socioeconômico desses agricultores familiares.

As redes de cooperação formadas pela reciprocidade introduzem novos elementos de análise da Antropologia, da Economia e da Sociologia, a fim de viabilizar a compreensão da existência de uma economia com base na reciprocidade entre os agricultores, a qual não pode ser medida apenas pelos parâmetros da economia clássica das trocas e intercâmbios comerciais e monetários.

A dádiva - dar sem esperar nada em troca - ainda está presente nas relações sociais dos agricultores familiares, gerando e assegurando processos de cooperação e melhores condições socioeconômicas.

Este artigo está dividido em três partes, cabendo à primeira introduzir o leitor aos temas da reciprocidade e redes sociais. Busca-se conhecer como esses produtores de leite, que apresentam características oriundas do campesinato europeu, se relacionam com seus parentes e vizinhos nas suas comunidades e como se relacionam com o mercado e o Estado, utilizando como referencial o tema da reciprocidade (o ato de dar, receber e retribuir) nas relações sociais, econômicas e simbólicas.

Na seqüência desta primeira parte do trabalho, têm-se as referências sobre redes sociais e formação de quase-grupos para se entender as redes de cooperação entre os produtores de leite e suas conexões sociais e econômicas.

Ainda, na primeira parte, procura-se compreender a formação da agricultura familiar (a partir dos elementos endógenos de decisão das unidades de produção agrícola familiar) e o processo de sua mercantilização, que a transforma profundamente, integrando os agricultores familiares ao complexo agroindustrial da cadeia produtiva do leite.

A segunda parte do artigo apresenta o estudo de caso dos produtores de leite do município de Sete de Setembro, com análise comparativa dos resultados obtidos por dois grupos

de famílias produtoras: as que armazenam e comercializam leite coletivamente e as que armazenam e comercializam individualmente. Posteriormente, tem-se a apresentação e análise dos resultados da pesquisa realizada entre março e junho de 2007, considerando os dados referentes aos anos agrícolas de 1999 e 2006.

A terceira e última parte do presente trabalho trata das considerações finais, quando se conclui sobre a influência das redes de cooperação com base nas relações sociais de reciprocidade no desempenho socioeconômico das unidades de produção agrícola familiar.

II. RELAÇÕES DE RECIPROCIDADE E REDES DE COOPERAÇÃO NA AGRICULTURA FAMILIAR

Os produtores de leite da região noroeste do Rio Grande do Sul caracterizam-se pelo modo de vida da agricultura familiar, produzindo para o autoconsumo e comercializando o excedente a fim de suprirem as necessidades dos membros familiares. Essas características herdaram do modo de vida camponês europeu que veio junto com os imigrantes que se estabeleceram no sul do Brasil.

Torna-se importante os estudos de Chayanov sobre as relações endógenas e as decisões adotadas no processo produtivo e das contribuições teóricas que tratam sobre as transformações do meio rural no processo de mercantilização e a modernização da agricultura.

Entretanto, nas relações exógenas desses agricultores também afloram características oriundas dos camponeses quando se relacionam com seus vizinhos nas suas comunidades, assim como nas relações com o mercado e o Estado.

1. As relações de reciprocidade

A análise na dimensão *formal* do estudo das famílias que comercializam leite coletivamente identifica a busca do objetivo econômico, obtido por meio da unificação da produção que gera um volume maior do produto para obter um preço maior na venda ao oligopsônio da indústria de laticínios.

Entretanto, outra abordagem torna-se interessante utilizar. Por meio da abordagem na dimensão *informal* dessa união entre os produtores de leite percebe-se a importância das relações de reciprocidade, isto é, *o que e como* ocorrem as relações entre os agricultores pertencentes ao grupo ou condomínio. São essas relações informais que consolidam os laços e a permanência dos membros na rede de cooperação.

1.1 A reciprocidade camponesa

A antropologia social tem proporcionado importantes contribuições nos estudos sobre campesinato, à medida que se preocupam com o mundo externo à unidade de produção, suas relações sociais na comunidade rural e com a sociedade ampla em que esta unidade está contida, possibilitando entender a importância das relações de reciprocidade na sociedade camponesa.

Nesse sentido Wolf (2003), por exemplo, contribui com uma análise quanto à distinção de uma sociedade primitiva em relação a uma sociedade camponesa. Tanto o camponês como o primitivo, vivia em áreas não urbanas, cultivava e criava animais e promovia um determinado tipo de relacionamento social. Entretanto, se diferenciava pelo tipo de relacionamento social e pelo modo de produção.

Enquanto o primitivo produzia basicamente para o auto-sustento e com o pouco excedente realizava trocas com outros grupos sociais, numa relação direta, o camponês produzia além da necessidade para o auto-sustento, com sua produção excedente sendo intermediada por outro grupo dominante, que poderia ser o comerciante na via do mercado ou o Estado na via dos impostos.

Nessa análise, para Wolf (2003), foram os camponeses que possibilitaram a formação das cidades, graças à produção excedente para abastecer os consumidores urbanos. Assim, à medida que a demanda do mercado urbano crescia, afetava o desenvolvimento do campesinato. Porém, como esse processo de urbanização foi influenciado de diferentes formas (Revolução industrial, expansão comercial com outros continentes...) ocorreram reflexos diferentes sobre o campesinato. Por isso, se encontram atualmente diferentes tipos de camponeses e muitos cada vez mais marginalizados pelo desenvolvimento do capitalismo:

Os camponeses encontrados no mundo de hoje são os produtos múltiplos desse crescimento multilinear. Ao mesmo tempo, eles não são mais os principais produtores de riqueza: em vez da agricultura, indústria e comércio produzem agora o grosso dos excedentes necessários para sustentar os segmentos não envolvidos diretamente nos processos de produção (WOLF, 2003, p. 119).

Para chegar a uma definição de camponês, Wolf (2003) considerou três dimensões, em que primeiramente camponês era um produtor agrícola, excluindo os pescadores, extrativistas vegetais, extrativistas minerais e vaqueiros. Segundo, o camponês possuía o controle efetivo da terra e em terceiro lugar, o camponês tinha por objetivo sua subsistência e não o reinvestimento do capital como o empresário rural que visa expandir seus negócios.

Entretanto, a distinção entre o camponês e o primitivo pode ser enriquecida adicionando-se uma análise sobre as questões culturais do camponês, que possui uma “cultura parcial” relacionada com a sociedade mais ampla, não podendo a cultura camponesa ser

entendida em uma análise interna, fechada, desconsiderando as influências externas provocadas tanto pelas relações com o mercado, como pelas relações sociais com outras comunidades e com toda a sociedade.

Assim, em seu trabalho “Explicando a vida rural”, Wolf (2003) forneceu uma tipificação de camponeses, com detalhamento de dois tipos de sociedades formadas por eles: comunidade camponesa corporada (fechada) e comunidade camponesa aberta.

A comunidade camponesa fechada se caracterizava pela localização em terra marginais (mais isoladas e menos valorizadas pelo capital), o que levava a um isolamento também por falta de interesse da sociedade dominadora em dominá-la totalmente. Esses camponeses utilizavam baixo nível de tecnologias, com baixa produção, mas com grande esforço do trabalho manual. Por terem pouco excedente, estas comunidades tinham pouca possibilidade de trocas com o mercado, se fechando para o restante da sociedade, sendo por isso não bem vindo o forasteiro. O baixo volume de excedente era direcionado à aquisição de bens necessários para a produção e consumo doméstico, que os levava a se relacionarem com o mercado externo.

Quando aumentava a população interna da família ou comunidade, ocorriam duas situações: ou aumentava o trabalho extra, tanto dentro como fora da família e da comunidade; ou ocorria a diminuição do consumo per capita. Essas duas situações se davam em função da busca do equilíbrio interno da unidade de produção, uma vez que essa unidade, além de ser de produção, também era de consumo.

Na comunidade camponesa aberta, o camponês mantinha a produção de subsistência, uma vez que não detinha todo o aparato tecnológico e recursos financeiros para realizar a plantação para exportação, dependendo de agente externo, que somente tinha interesse de financiar o camponês se as condições de mercado fossem favoráveis para si.

A produção tornava-se cíclica, ora para o mercado ora priorizando a subsistência, com o camponês buscando o equilíbrio entre os dois tipos de produção, a fim de garantir um mínimo de produção para a subsistência e aos poucos aumentar a produção para o mercado. Tanto uma como a outra, eram para buscar garantir suas necessidades básicas, que incluíam além do aspecto econômico, as despesas com objetivos religiosos, recreacionais ou com hospitalidade, esta última caracterizando a reciprocidade do camponês.

Uma vez caracterizados os principais tipos de comunidades camponesas descritas por Wolf (2003), volta-se para a análise das relações sociais e a produção de “Fundos” pelos camponeses, que Wolf (1976) apresenta na obra “Sociedades camponesas”.

Na idéia de formação de fundos oriundos da produção camponesa, deve-se lembrar que os camponeses se subordinavam parcialmente a um grupo dominante da sociedade, seja o Estado, seja o mercado capitalista, situação que lhes diferenciavam dos povos primitivos.

Do total da produção, a parte que se destinava para o consumo da família levava em consideração o que foi denominado por Wolf (1976, p.17) “de **mínimo calórico**: esse montante pode ser avaliado, aproximadamente, entre 2.000 e 3.000 calorias por pessoa em cada dia de trabalho”. Por outro lado, a quantidade da produção que deveria ser destinada para o novo plantio, para alimentação dos animais, assim como para os gastos necessários à restauração dos equipamentos e infra-estrutura de produção, formava o chamado **fundo de manutenção**.

A capacidade de produzir excedente era um dos motivos que levava o camponês a interagir com outros grupos além da família, assim como a necessidade de procriação entre parceiros fora dos laços de sangue. Também a defesa do seu grupo social exigia contato e relação social. Como nem toda relação social era exclusivamente utilitária ou instrumental, certas relações sociais estavam:

... cercadas por um cerimonial semelhante; este deve ser pago por meio de trabalho, bens ou dinheiro. Portanto, se os homens têm pretensões a participar das relações sociais, deverão trabalhar para a criação de um fundo visando às despesas por tais atividades. Podemos denominá-lo fundo cerimonial (WOLF, 1976, p. 21).

Esse **fundo cerimonial** era o que o camponês utilizava para as festas, casamentos, funerais e prestações simbólicas, características de reciprocidade entre seus pares.

O que realmente distinguia o camponês de um primitivo era o **fundo de aluguel**: “ônus, pago mediante exigências que não vieram de seu (camponês) trabalho na terra, chamaremos aluguel, seja ele resgatado em trabalho, bens ou dinheiro” (WOLF, 1976, p. 24). Ou seja, a produção do camponês deveria cobrir o mínimo calórico exigido pela família, o fundo de manutenção, disponibilizar parte para o fundo cerimonial e ainda cobrir as despesas com o fundo de aluguel. Este último era a parte que ficava com os detentores do poder, como expressou Wolf (1976, p. 24): “pois o fundo de aluguel levantado pelo camponês surge do ‘fundo de poder’ através do qual os dominadores se alimentam”.

Os camponeses perdiam parte de sua produção para repassar a esses dominadores. Para compensar ou amenizar essas perdas, buscam na solidariedade, na ajuda mútua entre vizinhos e parentes, nas relações típicas de reciprocidade nascida das relações sociais inter e intra-comunidades, derivados das:

relações sociais que representam uma espécie de seguro de vida de longo prazo, em que a família camponesa espera que a extensão de bens e serviços prestados aos outros em qualquer momento, produza resultados no futuro, na forma de ajuda em caso de ameaça (WOLF, 2003, p. 158).

Para esse autor, a visão que as famílias camponesas tinham da terra era mais que um mero fator de produção, pois a visualizavam como sendo seu espaço de vida, uma vez que para elas, as outras unidades de produção não eram concorrentes, mas vizinhos com quem podiam confiar e contar nos momentos de dificuldade.

1.2 Reciprocidade nas relações sociais de agricultores familiares

Para entender a noção de reciprocidade, necessita-se conhecer os estudos de Marcel Mauss, que elaborou a teoria das reciprocidades não-simétrica, conhecida como a teoria da dádiva, fundamentada no caráter voluntário, livre e gratuito do ato de dar e retribuir (MAUSS, 1974).

Para esse autor, reciprocidade está baseada na dádiva, ato de *dar* de forma generosa e gratuita, de *receber* e de *retribuir*, formando um processo de solidariedade, ajuda mútua, fortalecendo a confiança, pois no ato de dar existe mais que uma mera troca, existe todo um simbolismo presente que reforça valores humanos além dos valores econômicos envolvidos.

Sobre a análise da obra Ensaio sobre a Dádiva (Mauss, 1974):

.... está calçada na centralidade que assumem os atos generosos quando indivíduos e grupos efetivam suas trocas em sociedades. Sob estas, são estruturadas as obrigações recíprocas contraídas pelos sujeitos e as formas de solidariedade entre famílias (RADOMSKY, 2006, p. 30).

Mauss (1974), ao destacar que a reciprocidade advém da dádiva, de um ato de dar sem esperar a retribuição, entende ser um ato desinteressado por quem dá, mesmo sabendo que quem recebe tende a retribuir, enquanto para Bourdieu (1996) não existe ato desinteressado, ou seja, aquele que dá, espera a retribuição, a qual ocorrerá quando aquele que recebeu decidir. Assim, têm-se os elementos *tempo* e *poder* nas relações de reciprocidade, sendo o tempo decidido por aquele que retribuirá e o poder é adquirido por aquele que dá sobre o que recebe, deixando este constrangido com a obrigação de retribuir.

Porém no ato de dar, receber e retribuir existe o elemento *incerteza*, isto é, quem recebe pode ou não retribuir. Neste caso se inverte o *poder* na relação, passando esse *poder* para aquele que recebeu a dádiva, o qual assume a posição de decidir se retribui ou não e quando irá retribuir. É nesta análise que Caillé (1998) aborda a dádiva, entendendo que na obrigação de retribuir está presente concomitantemente a liberdade de retribuir ou não, numa valoração simbólica que dimensiona a relação social estabelecida.

Caillé (1998) percebe que se alguém retribui, não é por norma ou coerção, mas por livre e espontânea vontade, assim como o ato de dar não obriga a retribuição. Entretanto, essa

retribuição é esperada por quem deu inicialmente, pois o gesto de retribuir tem valor simbólico que solidifica a relação, demonstrando solidariedade e confiança.

Para entender as relações de reciprocidade como formadoras de confiança entre as pessoas, Radomsky (2006, p. 36) afirma que “Caillé retoma a ética da reciprocidade, a qual é fundamental para estruturar relações de confiança”.

Por sua vez o cientista social Temple (1997) apud Sabourin (2003) observa que ninguém dá algo sem motivo, por isso ocorre a reciprocidade, pois a dádiva não é desinteressada, mas motivada pelo interesse com o outro e pelo reconhecimento dele. Entende que reciprocidade não é uma troca como o intercâmbio, pois “a operação de intercâmbio corresponde a uma permutação de objetos, enquanto a estrutura de reciprocidade constitui uma relação reversível entre sujeitos” (SABOURIN, 2003, p. 01).

Assim, tem-se que reciprocidade não é um ato humano pré-existente, dado. Ela é construída no processo da relação social, das relações de parentesco, de amizade, de compadrio e de vizinhança.

A demonstração material da reciprocidade é a troca de presentes, a prestação de serviços, a ajuda a outrem, o consolo, o ato de ensinar e demais formas de solidariedade. Também se materializa por meio da troca de serviços, presentes, oferendas de festas. Além das relações sociais já citadas que produzem reciprocidade, também é possível detectá-la nas relações sociais institucionais existentes no meio rural, como as associações e cooperativas de produção, sindicato, igreja, escola e a organização da comunidade rural, em que ocorrem os trabalhos coletivos (mutirão na construção ou reparo da escola, da igreja, do salão paroquial).

Em todas as relações sociais aqui apontadas, há geração de reciprocidade nas formas de: confiança, solidariedade, compartilhamento e redistribuição. São formas de reciprocidade percebidas nos grupos de produtores de leite, sendo que alguns são grupos organizados a partir de relações de parentesco, outros, a partir das relações de vizinhança e ou compadrio.

Assim, nesses grupos destacam-se alguns **tipos** de relações de reciprocidade que Sabourin (2003) associa à produção agropecuária em seus estudos realizados em algumas sociedades rurais de diversos países, inclusive no Brasil, tais como:

- as formas de **ajuda mútua** na produção e de organização local e interfamiliar. Este tipo de reciprocidade aparece quando os produtores de leite realizam trocas de serviços e mutirões para a preparação da silagem de milho ou para a construção de estrebarias, galpões e esterqueiras nas propriedades de membros do grupo, assim como nos trabalhos junto à comunidade rural, nas obras ou consertos da escola, igreja e salão comunitário;

- o **manejo compartilhado** de recursos coletivos. Também se constata entre os produtores de leite este tipo de reciprocidade quando adquirem e utilizam em conjunto equipamentos de produção (ensiladeira, triturador de grãos, semeadeira, etc), de armazenagem do leite (resfriador de leite a granel ou resfriador de leite de expansão) e aparelhos de verificação da qualidade do leite (medidor de pH e células bacterianas);

- as formas de **uso/comercialização conjuntas** da produção. As famílias produtoras de leite ao realizarem a comercialização conjunta, visando obter maior valor por litro vendido junto às indústrias de laticínios, praticam esse tipo de reciprocidade, pois demonstram confiança entre si, uma vez que se um dos membros do grupo produzir leite fora do padrão estabelecido pela Portaria 51 (do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento) e armazenar no resfriador de leite coletivo, contaminará o leite de todos os demais produtores do grupo, arruinando esse leite e trazendo severo prejuízo a si e aos demais.

Sabourin (2003) chama a atenção que mesmo com a normatização e institucionalização das formas de organização dos agricultores familiares, como os grupos organizados desses produtores de leite (ou outras cooperativas e associações de agricultores) e a modernização de máquinas e equipamentos:

não somente não impediram a manutenção das relações de ajuda mútua, mas provocaram sua ampliação, enquanto existiu uma sociedade local e regional, camponesa” (SABOURIN, 2003, p. 06).

Percebe-se, então, que as relações sociais informais de reciprocidade influenciam de forma determinante as estruturas formais e suas normas e regras. Nota-se também, que possivelmente a dinâmica dos produtores de leite será determinada pelas relações do dia a dia, em que a boa convivência e a confiança tornam-se mais importantes que as regras escritas, pois estas podem ser alteradas ou adaptadas no decorrer do processo associativo.

1.3 A economia da reciprocidade

Ainda no tema reciprocidade, existem as contribuições do economista austríaco Karl Polanyi que estudou a economia capitalista e sua interface com economias não-capitalistas e solidárias, sendo sua obra estudada na “Antropologia econômica”.

Na obra “A grande transformação”, Polanyi (1980) procurou desvendar a gênese da sociedade capitalista através de um recorte antropológico, contestando a transformação da terra e do trabalho em mercadoria, uma vez que no seu entendimento essa transformação contraria a natureza do homem, pois para ele o trabalho que visa exclusivamente lucro é antinatural, construído pelo mercado capitalista, já que o homem desenvolve diversos trabalhos que não visam o lucro.

Conforme analisa Sabourin (2003, p. 09): “Polanyi identificou a reciprocidade e a redistribuição como formas de transações econômicas diferentes do intercâmbio e gerando formas de mercado diferenciadas”.

Para Polanyi (1976) a reciprocidade não envolve apenas a idéia de igualdade e justiça, mas significa que existe um fluxo de bens em dupla direção ou em círculo, com os participantes da relação de reciprocidade provendo mutuamente suas necessidades, baseado em uma simetria social, como os sistemas simétricos de um grupo unidos pelo parentesco.

Entretanto, o mesmo autor destaca que à medida que desaparece a reciprocidade nas civilizações contemporâneas, em função da decadência dos valores humanos como a ética, a cultura, etc, tende a se intensificar o intercâmbio comercial (troca) regulado pelo mercado.

Como Polanyi (1980) não consegue explicar de onde surgem os valores que são inseridos nas relações econômicas, os estudos e análises de Temple (1997), segundo Sabourin (2003), contribuem com o debate ao afirmar que:

esses valores humanos são gerados e reproduzidos pela institucionalização das relações de reciprocidade e de redistribuição em estruturas, não apenas sociais, mas, também econômicas, qualificadas de estruturas de reciprocidade, as quais produzem valores de uso e também valores humanos como a amizade entre os próximos, a responsabilidade entre gerações e perante os recursos naturais, a justiça, a equidade e a confiança nos modos de redistribuição. (SABOURIN, 2003, p. 10).

Portanto, diz Sabourin (2003, p.10), “a diferença entre as análises de Polanyi (1980) e aquela do princípio econômico de reciprocidade proposto por Temple (1997) reside na origem dos valores humanos ou éticos”.

Sabourin (2003) entende que a economia da reciprocidade apresenta importante fator de desenvolvimento para as famílias agricultoras, destacando o que diz Temple (1997):

o reconhecimento político e público da economia de reciprocidade permitiria traçar uma interface de sistemas e abrir um debate entre os partidários de uma e de outra lógica, para tratar da natureza das organizações camponesas locais, da delegação do poder, das normas e dos princípios de gestão dos bens comuns ou públicos e dos recursos naturais. (SABOURIN, 2003, p. 10).

Assim, têm-se uma limitação da economia do intercâmbio para justificar o funcionamento de uma organização ou uma rede de cooperação como os grupos de produtores de leite da Região Missões do RS, enquanto a economia da reciprocidade contribui para a compreensão da dimensão *informal* que envolve as organizações de agricultores e suas relações sociais.

2. Redes sociais na agricultura familiar

A partir das relações de reciprocidade e de intercâmbio que ocorrem entre os agricultores familiares, formam-se redes sociais decorrentes das conexões existentes entre os membros, cujas ligações podem ser por estruturas informais das relações de reciprocidade, (como o parentesco, o compadrio, a vizinhança e a amizade) ou por estruturas formais, como a igreja, os partidos políticos, o movimento sindical, a associação, a cooperativa, entre outros.

Na obra teórica de Barnes (1987), busca-se a noção de rede social que proporcione a análise e descrição de processos sociais contendo conexões que ultrapassam o limite de grupos e categorias, sendo indispensável essa análise na discussão referente a situações onde o indivíduo, por exemplo, está envolvido em relações pessoais que transpassam as fronteiras da família de produtores de leite.

Barnes (1987) utilizou a idéia de redes sociais para descrever como noções de igualdade de classes eram utilizadas e de que forma indivíduos usam laços pessoais de parentesco e amizade. Para esse autor, o conceito de rede é “um conjunto de relações interpessoais concretas que vinculam indivíduos a outros indivíduos” (1987, p.167).

As referências teóricas de Caillé (1998) proporcionam uma análise a partir de que é possível através da “aposta” na dádiva constituir e manter redes sociais. Esse autor, em suas análises sobre a dádiva, percebe que a confiança e a fidelidade entre pessoas são os pilares de uma rede:

A rede é o conjunto das pessoas em relação às quais a manutenção de relações interpessoais, de amizade ou camaradagem, permite conservar e esperar confiança e fidelidade (CAILLÉ, 1998, p. 18).

Essa confiança entre os atores sociais não se obtém das cláusulas contratuais livres entre parceiros e nem das obrigações legais. Ao contrário, ela exige certo risco de acreditar que aquele outro com que se relaciona, não vai trair, mas sim fazer circular o bem recebido conforme uma nova rede social ou novo sistema.

Ramosky (2006) consegue em seu trabalho alertar para o papel da história e da memória (individual e social) às ações das pessoas nas redes que participam: “os atores sociais carregam consigo uma história e uma memória, um tipo de conduta estruturado que é constituído no seu tempo de vida e que tem respaldo no sistema simbólico do grupo do qual participam” (RAMOSKY, 2006, p. 44).

Esse autor também destaca a importância da existência de relações de reciprocidade para a constituição de redes sociais por meio “das relações primárias, dos atributos ou das estratégias de ações coletivas. Porém, nessas todas se faz essencial que haja relações de

reciprocidade. A noção de dádiva é o ‘elo’ a partir do qual se compreenderiam a construção e sedimentação das redes” (RAMDOSKY, 2006, p. 44).

Ainda para contribuição no entendimento da formação de redes entre os produtores de leite, é interessante observar que Ramdosky (2006) aponta a relevância do trabalho de Landé (1977), o qual salientou as alianças travadas na busca de objetivos privados particulares, uma vez que:

a idéia de rede nesta perspectiva, pode envolver a intencionalidade (uma razão finalista), e a rede pode ser a expressão de uma estratégia de produção, de trabalho, de manutenção da reciprocidade... (RAMDOSKY, 2006, p. 44).

As redes de cooperação das famílias produtoras de leite se formam a partir de relações de parentesco, de relações de vizinhança, de compadrio ou de amizade, buscando objetivos particulares e econômicos (razão finalista de formar o grupo para melhorar a rentabilidade na produção de leite), assim como objetivos sociais (representação social fortalecida perante as empresas compradoras de leite e perante aos órgãos públicos).

Percebe-se que essas redes de cooperação seriam “redes de relações sociais que combinaram, ao mesmo tempo, trabalho, produção (*comercialização*) e reciprocidade” em que “trabalho e produção seriam construções sociais históricas reguladas por instituições (*condomínio de leite*) da vida coletiva e pelas regras de reciprocidade” (RAMDOSKY, 2006, p. 52).

Entretanto, são os estudos de Mayer (1987) que contribuem para entender as redes *informais* formadas pelos leiteiros (freteiros do leite) em conexão com os produtores. Em seu estudo sobre os *quase-grupos* nas sociedades complexas, percebe que um conjunto finito de interconexões, iniciados por um ego, formará parte de uma rede, um conjunto-de-ação ou um quase-grupo:

Os quase-grupos existem também na esfera econômica, [...]isso se realiza em mercados oficialmente supervisionados, onde negociantes de safras compram os produtos dos agricultores. Como esses negociantes conquistam e conservam seus fregueses? Aqui, novamente podemos encontrar conjuntos-de-ação onde o negociante funciona como ego central. Pois é ele quem conquista adeptos através de interconexões “internas” baseadas, em cada caso, sobre vantagens econômicas, mas também com uma interconexão “externa” assentada em vários outros critérios [...] (MAYER, 1987, p. 149).

O freteiro do leite forma um quase-grupo, no conceito de Mayer (1987), assumindo o lugar central das conexões, ou seja, o lugar do ego. Esses conceitos de conjunto-de-ação e quase-grupos “podem ser aplicados a qualquer situação em que atuam grupos não-organizados” (MAYER, 1987, p. 152), ou nesse caso, grupos informais.

A importância desses grupos de produtores de leite aparecerá quando se verifica que as relações estabelecidas (conexões) entre produtor de leite e freteiro do leite influenciam na tomada de decisão do primeiro em permanecer ou mudar de empresa compradora do leite.

Antes de concluir a noção de redes sociais, torna-se importante compreender o processo de adesão e participação na rede. Segundo Rubim, Rubim e Vieira (2005, p.36):

a complexidade da rede demonstra que ela está formada por uma coletividade de entes que: aderem de modo voluntário; fazem parte de uma comunidade de interesses; partilham objetivos e projetos; compartilham algum envolvimento afetivo e emocional; encontram-se interconectados e periodicamente interagem.

Os participantes da rede interagem continuamente, negociando suas formas de atuar de acordo com a cota de poder que dispõem, a qual está inserida nas relações de poder que organizam a rede. Porém:

os resultados deste processo não estão definidos de antemão, mas as condições de interdependência e de compartilhamento estão dadas pelo perfil e pelo caráter desta modalidade de organização chamada rede (RUBIM; RUBIM; VIEIRA, 2005, p. 36).

A participação de produtores de leite em uma rede formada por grupo informal com cinco ou seis famílias é diferente do que a participação em uma rede constituída por um condomínio formalizado com sessenta e quatro famílias conectadas e interagindo entre si e de forma unida com entes externos, como as indústrias de laticínios e os órgãos públicos.

Quando são diversos participantes em uma rede, organizados com poder de intervenção:

a negociação inevitavelmente realizada, redundaria, de modo muito provável, em uma ação que representasse a confluência dos interesses dos entes associados à rede e não apenas de um deles. Ou seja, a ação engendrada não mais pode ser elucidada pela remissão a nenhum ente particular, mas ganha uma dimensão coletiva como síntese do diverso. Assim, a singularidade da ação desencadeada termina por engendrar um sujeito social distinto dos anteriores. Nenhum ente particular teria, então, sua ação ampliada em escala (RUBIM; RUBIM; VIEIRA, 2005, p. 43).

Assim, no momento das negociações do grupo de produtores de leite com a indústria, determinados interesses individuais são ou devem ser colocados de lado em prol do interesse coletivo, o que formará o sujeito social:

que age no patamar das idéias e no plano das práticas orientado sempre pelo resultante das negociações entre seus membros, que dispõem de fatias de poder e capacidade de intervenção diferenciados no interior da rede, a depender de sua configuração histórica (RUBIM; RUBIM; VIEIRA, 2005, p. 43).

Quanto maior a participação consciente e efetiva dos agricultores em suas redes de cooperação, maior a probabilidade de se firmarem como rede social e maior a força nas negociações e reivindicações perante aos órgãos públicos e às indústrias de laticínios.

3. Agricultura familiar e suas transformações

Para entender o modo de vida da agricultura familiar existente no sul do Brasil, utilizam-se as análises teóricas de Chayanov (1974) sobre o comportamento econômico da unidade de produção familiar agrícola, cujos elementos endógenos como a terra, o trabalho familiar e a produção para o autoconsumo com base no tamanho da família, são determinantes para a reprodução social.

A partir de seus estudos Chayanov (1974) compreendeu que a forma da unidade de produção camponesa se reproduzir não dependia exclusivamente da racionalidade econômica clássica mercantil e sim de garantir a satisfação das necessidades dos membros que a constituía.

O estudo de Chayanov (1974) partiu do grupo doméstico individual, constatando que apesar da existência dos elementos de produção como trabalho, bens de produção e terra, não ocorria geração de salário, lucro e renda da terra como a teoria econômica *marginalista* aplica à produção capitalista, uma vez que o equilíbrio buscado na unidade de produção camponesa estaria entre necessidades de subsistência e a rejeição ao trabalho manual além de determinado limite.

Para compreensão desta *lógica* camponesa, esse autor escreveu:

Hay que comprender sus ideas sobre organización, la maquinaria, de su organismo económico individual que es 'la unidade teleológica subjetiva de la actividad económica racional, es decir, la explotación de la unidad'. En pocas palabras, lograremos una comprensión total de las bases y de la naturaleza de la unidad económica campesina solo cuando deje de ser nuestro objeto de observación, cuando podamos concebirla como sujeto creador de su propia existencia y tratemos por las cuales construye su plan organizativo de producción y lo lleva a cabo (CHAYANOV, 1974, p. 132).

Com esta compreensão teleológica, ou seja, que os fins justificam os meios, o autor quer demonstrar que a finalidade principal da unidade econômica campesina era o *bem-estar da família*, o qual determina a intensidade e extensão do trabalho. Assim, submete-se o econômico ao social, buscando maximizar o uso de fatores para buscar a satisfação do bem estar da família, cujo valor é relativo a cada família.

Chayanov (1974) aponta que os camponeses não visavam prioritariamente o lucro e nem acumulação de recursos, mas a garantia da reprodução da família e da propriedade, uma vez que a unidade camponesa era ao mesmo tempo unidade de produção e unidade de consumo.

Assim, o trabalho do camponês se limitava a produzir para satisfação das necessidades da família, ou seja, enquanto estas necessidades não estavam supridas, o trabalho

seria priorizado e mais intensificado, ao passo que uma vez atingido o grau de satisfação necessário da família, o trabalho passaria a ter uma valorização menor.

Outra especificidade da unidade de produção familiar camponesa era o processo de auto-exploração, que deriva da capacidade de produzir em condições que levariam à falência um empreendimento com objetivo puramente mercantil. Isto porque as famílias camponesas eram capazes de trabalhar mais, venderem seus excedentes a preços abaixo do preço de mercado e, no entanto, continuar produzindo ano após ano.

Com o avanço do progresso técnico, determinada tecnologia que possibilitava o aumento da produção com menos penosidade, seria ou não utilizada pela família camponesa desde que o tempo ocioso criado pelo uso dessa tecnologia não viesse a desagregar a relação que determina o grau de esforço para atender o grau de satisfação, podendo este tempo ocioso ser ocupado em outra atividade que gerasse melhor rendimento.

Por fim, em Chayanov (1974) encontram-se vários elementos endógenos para compreender a reprodução social da unidade de produção camponesa, os quais são importantes quando se busca entender como as unidades familiares de produção agrícola se reproduzem e sobrevivem no processo da industrialização da agricultura no sistema capitalista.

Porém, a unidade familiar agrícola não é uma ilha isolada, ela está inserida em uma comunidade, convivendo com outras famílias com as quais mantêm relações sociais e econômicas, assim como se relacionam com o mundo urbano e com o mercado, mas com este a integração é parcial, “não só no sentido de que parte da subsistência vem da autoprodução, mas também indica certa flexibilidade nestas relações com o mercado” (ABRAMOVAY, 1998, p.104). Entretanto, essa característica de “integração parcial a mercados incompletos” (ABROMOVAY, 1998) do modo de vida camponês muda quando se estuda o modo de vida da agricultura familiar característica do Sul do Brasil.

Para Abramovay (1998), o que provoca essas transformações nas unidades familiares de produção agrícola são as relações mercantis que ocorrem quando:

os mecanismos de preços adquirem a função de arbitrar as decisões referentes à produção, de funcionar como princípio alocativo do trabalho social, a reciprocidade e a personalização dos laços sociais perdem inteiramente o lugar, levando consigo o próprio caráter camponês da organização social (1998, p. 117).

Ou seja, para este autor, a unidade de produção da agricultura familiar moderna não tem mais nada a ver com a unidade de produção camponesa, são distintas na sua racionalidade e na integração aos mercados:

integram-se plenamente a estas estruturas nacionais de mercado, transformam não só sua base técnica, mas sobretudo o círculo social em que se reproduzem e

metamorfoseiam-se numa nova categoria social: *de camponeses, tornam-se agricultores profissionais*.[...] Os laços comunitários perdem seu atributo de condição básica para a reprodução material. Os códigos sociais partilhados não possuem mais as determinações locais (ABRAMOVAY. 1998, p. 127).

Surge assim, para Abramovay, o modo de vida da agricultura familiar, integrada plenamente às estruturas de mercado com mudanças na base técnica e do círculo social, e que Silva (1998, p. 37) acrescenta: “a agricultura familiar incorpora o progresso técnico e se vincula ao CAI - Complexo Agro-Industrial”.

Entretanto, muitas características dos agricultores familiares herdadas dos camponeses não foram totalmente destruídas no processo de transformação e modernização da agricultura, como: o uso intenso da mão-de-obra familiar (como na atividade leiteira); a prioridade de atender as necessidades de consumo da família; e as relações sociais de reciprocidade com parentes, vizinhos e amigos na formação de redes de cooperação.

Assim, a agricultura familiar que está inserida no mercado se formou a partir das transformações sociais, econômicas, ambientais e tecnológicas que ocorreram no século XX, mas com suas peculiaridades originais do modo de vida camponês. É este modo de vida de agricultores familiares que predomina no município de Sete de Setembro, assim como a vinculação deles à cadeia produtiva do leite.

4. O Poder de mercado do oligopsônio das indústrias de laticínios

A inserção das famílias produtoras de leite deste estudo nas relações econômicas junto a mercados assimétricos não-competitivos evidencia uma fragilidade em relação à outra ponta da relação comercial, as grandes indústrias da cadeia do leite (que possuem força de determinar os preços aos produtos). Essas formam o que se chama de *oligopsônio* (poucos compradores) que atuam praticamente como um *monopsônio* (único comprador) que compra o produto dos diversos (milhares) vendedores, os produtores de leite.

Como toda Firma, o monopólio e os oligopólios ou o monopsônio e os oligopsônios buscam maximizar seu lucros. Este objetivo será mais facilmente alcançado quanto maior for o seu poder de mercado. Uma forma de aumentar seu poder de mercado é um oligopsônio atuar como se fosse uma única firma (monopsônio). Ou seja, não havendo competição pelo produto (leite), podem oferecer por ele preços até mesmo abaixo do seu custo de produção.

No caso dos oligopsônios, o poder de mercado (poder de impor preços ao produto) varia de acordo com a interação entre as empresas que o formam, pois se as mesmas competirem agressivamente pela compra do produto, seu poder de mercado diminuirá, porém, se fizerem conluio ou cooperação entre si, o seu poder de mercado para fixar os preços aumentará.

Diferentemente do mercado competitivo em que a empresa tem que adequar sua produção de acordo com os preços de mercado, a empresa com poder de monopólio, ao fixar o preço que paga aos diversos produtores deverá levar em consideração a elasticidade da oferta, e fixará o menor preço possível para manter o interesse dos produtores ofertando a quantidade que a empresa tem interesse de receber/comprar. Por outro lado esse preço estará de acordo com o lucro que a empresa (que detém o poder de monopólio) pretende obter na comercialização de seu produto manufaturado (a partir da matéria prima comprada dos diversos fornecedores).

À época do presente estudo, o mercado comprador de leite dos produtores rurais no Rio Grande do Sul estava concentrado em poucas empresas, como a AVIPAL (empresa Elegê Alimentos) e a PARMALAT, as quais detinham aproximadamente 70% do mercado gaúcho (STOCKMANN, 2002, p. 42), o que caracteriza um oligopólio. Como resultado desse domínio, as empresas podiam oferecer um preço menor aos produtores bem como impor condições para compra, tais como o controle de qualidade do leite, estipular quantidades mínimas a adquirir, roteiros de coleta, entre outros.

Se existe este poder por parte de um dos elos da cadeia do setor leiteiro, fazem-se necessárias medidas de organização nos demais elos. Neste sentido a revisão teórica proporcionou entender que relações de reciprocidade associadas às referências simbólicas dos agricultores familiares produzem estruturas de relações econômicas, formando redes de cooperação, influenciando na produção agropecuária e servindo para fortalecer as famílias produtoras de leite no enfrentamento ao oligopólio das indústrias de laticínios.

III. O CASO DOS PRODUTORES DE LEITE DO MUNICÍPIO DE SETE DE SETEMBRO/RS

O município de Sete de Setembro se emancipou em 1997. Localiza-se na Região Missões, ao noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. Atualmente possui uma área total de 130 km² (PREFEITURA MUNICIPAL DE SETE DE SETEMBRO, 2007), situando-se na longitude – 54°27'30.30" e na latitude – 28°07'41.84", com uma altitude média de 280 metros, apresentando uma predominância de relevo suave ondulado e do solo argiloso.

Conforme FEE (2005), esse município apresenta uma evolução econômica de 175,7% no PIB total, no comparativo do ano de 1999 para 2003, passando de R\$ 10.518.000,00 em 1999 para R\$ 28.999.000,00 em 2003. Desse total, coube ao setor agropecuário 75,8%.

Conforme dados do IBGE (2005) o município possui em sua estrutura fundiária 31,8% das propriedades rurais com menos que 10 ha e 65,5% com áreas variando de 10 ha a menos de 100 ha, ou seja, 97,3% das propriedades possuem menos de 100 ha.

A população é de 2.059 habitantes (IBGE, 2005), sendo 80% rural e somente 20% urbana. Entretanto, cabe destacar que nos últimos seis anos, segundo IBGE (2005), registrou-se um crescimento de 10% da população urbana, diminuição de 22,5% da população rural e uma diminuição de 13,8% da população total.

Destaca-se a presença marcante dos imigrantes europeus, sendo a maioria das famílias de agricultores residentes neste município descendente de imigrantes poloneses.

O histórico agrário de Sete de Setembro apresenta entre os principais sistemas de produção: a bovinocultura de leite com base nas pastagens anuais e perenes, na silagem e em farelos de grãos; as lavouras de soja e trigo, cuja produção destina-se para comercialização ao mercado regional, nacional e internacional; lavoura de milho com objetivo de consumo na propriedade; a produção de subsistência para a própria família e em menor escala a produção de suínos confinados em pocilgas, com destino comercial junto aos frigoríficos da região.

A utilização de máquinas e equipamentos cresceu a partir do final dos anos 90, especialmente com o surgimento dos financiamentos pelo PRONAF em 1996. Atualmente a maioria das lavouras de soja, trigo e milho utiliza máquinas de plantio direto, pulverizadores e colhedeiras automotrizes, porém, em menos de 3% da área total utilizada (IBGE, 1998), ainda existem pequenas áreas em que o preparo do solo é com tração animal e o plantio, capina e colheita são realizadas manualmente.

Também na bovinocultura de leite houve um incremento na utilização de equipamentos, conforme o relatório da EMATER/RS (2006), especialmente o uso de ordenhadeiras mecânicas e resfriadores para armazenagem do leite, o uso de equipamentos para silagem de milho, para o plantio de pastagens e o uso de cerca elétrica e a técnica do pastoreio rotativo.

A comercialização do leite produzido no município ocorre junto a seis empresas compradoras: ELEVA, com posto de resfriamento do leite em Guarani das Missões; COMTUL – Cooperativa Mixta Tucunduva Ltda, com posto de recebimento do leite em Guarani das Missões; COOPLEITE – Cooperativa de Produtores de Leite, com plataforma de resfriamento do leite em Salvador das Missões; LATICÍNIOS BECKER, com posto de recebimento do leite em Santo Ângelo e a LATICÍNIOS BOM GOSTO, com plataforma de resfriamento do leite em Giruá.

Tesche (2008) em seu estudo realizado em Sete de Setembro/RS, analisou comparativamente o desempenho socioeconômico de dois grupos de famílias produtoras de leite (o grupo 1 são produtores de leite que participam de redes de cooperação e o grupo 2 são produtores de leite que atuam individualmente), verificando a evolução e melhoria do desempenho econômico e social do ano de 1999 a 2006.

Como indicadores do desempenho econômico das famílias utilizou a evolução do patrimônio e do ingresso líquido anual em moeda, no comparativo dos anos 1999 e 2006, conforme tabelas 1 e 2.

Tabela 1. Valor patrimonial total dos produtores de leite de Sete de Setembro/RS

Período	Patrimônio médio total (R\$)	
	GRUPO 1	GRUPO 2
1999	97.349,37	132.259,62
2006	139.176,25	170.339,00
Variação % de 1999 para 2006	42,9	28,8

Fonte: Tesche (2008).

Tabela 2. Ingresso líquido anual dos produtores de leite de Sete de Setembro/RS proveniente da agropecuária

SITUAÇÃO	INGRESSO MÉDIO LÍQUIDO ANUAL DA AGROPECUÁRIA (R\$)	
	GRUPO 1	GRUPO 2
Em 1999	12.419,37	16.253,67
Em 2006	18.261,81	20.295,33
Variação % de 1999 para 2006	47,0	24,8

Fonte: Tesche (2008).

Os resultados indicam que em ambos os indicadores econômicos as famílias do grupo 1 obtiveram melhor desempenho.

Quanto aos **indicadores sociais**, com a finalidade de avaliar elementos que possibilitassem uma análise da melhoria das condições sociais obtidas pelas famílias selecionadas para esta pesquisa, Tesche (2008) utilizou dados existentes em 1999 e 2006 referentes à construção, ampliação e ou reforma da casa, de banheiro, de fossa séptica, além de dados coletados sobre a posse de eletrodomésticos, telefone celular, realização de viagens de lazer e a participação em bailes e festas.

Tabela 3. Infra-estrutura social básica dos produtores de leite de Sete de Setembro/RS: moradia e saneamento básico

Indicadores de qualidade de vida	GRUPO 1	GRUPO 2
Metragem total das casas em 1999 (m ²)	964,0	1.244,0
Metragem total das casas em 2006 (m ²)	1.749,0	1.553,0
Variação % de 1999 para 2006	81,4	25,0
Média do nº de peças das casas em 1999	82	92
Média do nº de peças das casas em 2006	116	110

Variação % de 1999 para 2006	41,4	19,5
Total de casas com pintura recente em 1999	3	4
Total de casas com pintura recente em 2006	10	11
Variação % de 1999 para 2006	233,0	175,0
Total de banheiros de material em 1999	5	7
Total de banheiros de material em 2006	16	15
Variação % de 1999 para 2006	220,0	114,2
Nº de casas com saneamento básico em 1999	6	8
Nº de casas com saneamento básico em 2006	14	14
Variação % de 1999 para 2006	133,3	75,0

Fonte: Tesche (2008).

A tabela 3 aponta que todas as famílias pesquisadas apresentaram uma variação positiva no indicador de infra-estrutura social básica sobre a moradia e a evolução positiva no indicador sobre saneamento básico, com melhor resultado para as famílias do grupo 1.

Entre os fatores que contribuem para isso, além da melhoria de ingressos monetários que aumentou mais para o grupo 1 e possibilitou a compra de materiais de construção, estas famílias obtiveram maior acesso que as famílias do grupo 2 aos programas governamentais que disponibilizavam recursos públicos para infra-estrutura social com baixo custo financeiro.

O programa RS RURAL (Secretaria da Agricultura e Abastecimento do Estado do Rio Grande do Sul, 2001) ofereceu recursos a fundo perdido (sem a necessidade de pagamento) ou financiamento com juros de 3% ao ano sobre o saldo remanescente dos 25% de rebate sobre o valor do capital, além do prazo de sete anos para pagamento deste saldo em parcelas anuais com dois de carência. Esses recursos foram destinados para melhoria e ampliação da casa, instalação de banheiro de tijolo e cerâmica, instalação de rede de água e fossa séptica.

Já o programa REFORMA DA HABITAÇÃO/FGTS/COOPERHAF ofereceu um valor de R\$ 8.000,00 sendo R\$ 2.093,90 de contrapartida do beneficiário e R\$ 5.906,10 a fundo perdido para reforma e melhoria da casa (telhado, pintura, ampliação) com recursos do FGTS (COOPERHAF, 2006).

Pela tabela 4 se observa que um maior número de famílias do grupo 1, em relação ao grupo 02, foi beneficiado pelas políticas públicas dirigidas ao desenvolvimento rural, sendo que 81,2% das famílias do grupo 1 acessaram o RS RURAL e 100% o PRONAF INVESTIMENTO ao passo que apenas 37,5% das famílias do grupo 2 acessaram o RS RURAL e 87,5 o PRONAF INVESTIMENTO.

Tabela 4. Acesso às políticas públicas pelos produtores de leite de Sete de Setembro/RS

PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS	GRUPO 1		GRUPO 2	
	Nº famílias	% (n=16)	Nº famílias	% (n=16)
RS RURAL	13	81,2	6	37,5
PRONAF CUSTEIO	15	93,7	15	93,7
PRONAF INVESTIMENTO	16	100	14	87,5
REFORMA DA HABITAÇÃO/ FGTS/COOPERHAF	8	50,0	7	43,7

Fonte: Tesche (2008).

A probabilidade de enquadramento nas regras desses programas governamentais é maior para as famílias que possuem menor renda e patrimônio, caso das famílias do grupo 1. Além disso, contribuiu também para acessar esses recursos as famílias que apresentassem melhor grau de organização, tanto em grupos como em associações ou condomínios. A participação na formação de grupos e atividades de mutirão foi determinante para acessar os recursos do RS RURAL.

Em relação às **práticas de reciprocidade** realizadas pelas famílias entrevistadas, têm-se os resultados na tabela 5.

Tabela 5. Práticas de reciprocidade entre os produtores de leite de Sete de Setembro/RS

PRÁTICAS DE RECIPROCIDADE	GRUPO 1		GRUPO 2	
	Nº famílias	%	Nº famílias	%
Ajuda mútua/mutirão (na silagem, colheita)	10	62,5	9	56,3
Não ajuda mútua/mutirão (silagem, colheita)	6	37,5	7	43,7
Total	16	100,0	16	100,0
Mutirão comunitário (Escola-Igreja)	15	93,7	13	81,2
Não mutirão comunitário (Escola-Igreja)	1	6,3	3	18,8
Total	16	100,0	16	100,0
Compartilham máquinas e equipamentos	9	56,3	5	31,3
Não compartilham máquinas e equipamentos	7	43,7	11	68,7
Total	16	100,0	16	100,0
Compra conjunta de insumos	5	31,3	2	12,5
Não compram em conjunto insumos	11	68,7	14	87,5
Total	16	100,0	16	100,0

Fonte: Tesche (2008).

A prática da ajuda mútua, do mutirão com vizinhos, tanto em atividades econômicas privadas (no plantio, na colheita, na formação da silagem) como em atividades comunitárias

(igreja e escola) é maior entre as famílias do grupo 1, assim como o compartilhamento de máquinas e equipamentos e a compra conjunta de insumos para as atividades agropecuárias.

A ajuda mútua, especialmente na realização da silagem, é uma das práticas de reciprocidade que se destacaram entre os produtores de leite de ambos os grupos. Mas é na participação em mutirões comunitários que se pode observar a presença da reciprocidade nas relações sociais dessas famílias de agricultores.

Constata-se que as relações de reciprocidades são importantes na formação de redes de cooperação, uma vez que as famílias do grupo 1 possuem uma prática maior em ações que refletem a reciprocidade e confiança, mas, apesar de em menor grau, essas práticas também estão presentes entre as famílias do grupo 2.

IV. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho se utilizou de referenciais teóricos para entender as relações socioeconômicas endógenas e exógenas da agricultura familiar em uma região do Rio Grande do Sul.

Das relações endógenas se entende a lógica econômica da unidade agrícola familiar de produzir o necessário para o auto-sustento com adequado uso da mão-de-obra familiar disponível. E de outro lado, as relações exógenas dos agricultores familiares favorece a compreensão de diversos costumes, tradições, cultura e simbolismos presentes nessas relações sociais, ao mesmo tempo em que se percebe a transformação em agricultores integrados ao mercado e aos complexos agro-industriais. Entretanto, além das relações de intercâmbio praticadas com o mercado, existem as trocas de produtos e mão-de-obra com os vizinhos, parentes e amigos, que preservam as relações de reciprocidade dos antigos agricultores coloniais descendentes de camponeses europeus.

As relações de reciprocidade produzem valores humanos de confiança e solidariedade, cimentando as redes de cooperação, onde não apenas ocorrem relações econômicas de intercâmbio, mas também relações econômicas com base na reciprocidade.

Essas redes de cooperação são tipos de redes sociais com variadas e complexas conexões que se formam nos grupos de agricultores, em geral a partir das relações de parentesco, de vizinhança, de compadrio ou de amizade. Buscam objetivos particulares e econômicos, assim como objetivos sociais. São redes que combinam, ao mesmo tempo, trabalho, produção, comercialização e reciprocidade.

Observou-se que as redes de cooperação influenciam positivamente no desempenho socioeconômico dos agricultores familiares. Constatou-se que estas redes estão baseadas nas relações de reciprocidade entre as famílias de produtores de leite, seja na produção (ajuda mútua, mutirão e compartilhamento de equipamentos), seja na comercialização (venda conjunta) assim como no acesso ao crédito dos programas governamentais, onde a confiança é o elo de garantia dessas relações.

Assim, conclui-se que as redes de cooperação formadas entre produtores de leite são geradas a partir de relações de trabalho e das relações sociais de reciprocidade, cabendo à dádiva um papel importante na formação de confiança entre os entes formadores dessas redes. E essas redes de cooperação contribuem para que os agricultores familiares possam, não apenas sobreviverem, mas obterem melhores resultados econômicos e melhores condições de vida.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: Hucitec; Campinas: Unicamp, 1998.

ASSOCIAÇÃO RIOGRANDENSE DE EMPREENDIMIENTOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL – EMATER/RS. **Cotação de preços pagos e recebidos pelos produtores**. 2006. Disponível em: <<http://www.emater.tche.br/intranet/preçospagos>>. Acesso em: 27 de fev. de 2007.

_____. **Relatório de atividades da EMATER/RS-ASCAR desenvolvidas em 2005**. Porto Alegre, 2006.

BARNES, J. A. Redes sociais e processo político. In: FELDMAN-BIANCO, B. (Org.). **Antropologia das Sociedades Contemporâneas: métodos**. São Paulo: Global, 1987. p. 159-193.

BOURDIEU, P. Será possível um ato desinteressado. **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. São Paulo: Papirus, 1996. p. 137-156.

CAILLÉ, A. Nem holismo nem individualismo metodológico: Marcel Mauss e o paradigma da dádiva. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 13, n. 38, p. 5-51, abr. 1998.

CHAYANOV, A. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974.

COOPERATIVA DE HABITAÇÃO DOS AGRICULTORES FAMILIARES DOS TRES ESTADOS DO SUL. **Programa de Reforma da Habitação/FGTS/COOPERHAF**. 2006. Disponível em: <<http://www.cooperhaf.org.br/index.php>> . Acesso em: 13 de nov. de 2007.

FEDERAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO RIO GRANDE DO SUL – FAMURS. **A produção agropecuária dos municípios**. 2006. Disponível em <<http://www.famurs.com.br/municipios>> . Acesso em: 22 de jul. de 2006.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA – FEE. **FEEDADOS**. 2005. Disponível em: <<http://www.fee.tcche.br/feedados/consulta>>. Acesso em: 04 de set. de 2006.

GOMES, E. Transformações na cadeia produtiva do leite. **Boletim do DESER**, Curitiba, n. 154, P. 3-8, out. 2006.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo Demográfico do Brasil 1995 a 2005**. Rio de Janeiro, 2005. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 24 ago. 2006.

_____. **Censo Agropecuário 1995-1996**. Rio de Janeiro, 1998. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 24 ago. 2006.

MAUSS, M. Ensaio sobre a dádiva: forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. In: _____ . **Sociologia e antropologia**. São Paulo: EDUSP, 1974. v.2, p. 49-209.

MAYER, A. C. A importância dos quase-grupos no estudo das sociedades complexas. In: FELDMAN-BIANCO, B. (Org.). **Antropologia das Sociedades Contemporâneas: métodos**. São Paulo: Global, 1987. p. 127- 157.

POLANYI, K. **A grande transformação: as origens da nossa época**. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1980. p. 59-217.

_____. La economía como actividad institucionalizada. In: POLANYI, K. (Org.). **Comercio y mercado en los impérios antiguos**. Barcelona: Labor Universitária, 1976. p. 289-315.

RADOMSKY, G. F. W. **Redes sociais de reciprocidade e de trabalho: as bases histórico-sociais do desenvolvimento na serra gaúcha**. 2006. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Agricultura e Abastecimento. **RS RURAL: Manual Operativo II**. Porto Alegre: Corag, 2001.

RUBIM, A. A. C., RUBIM, I., VIEIRA, M. P. **Atores sociais, redes e políticas culturais**. Salvador: Universidade Federal da Bahia,, 2005. Disponível em: <http://www.cult.ufba.br/arquivos/atoressociais_redes_e_politicasculturais_catedra2005.pdf>. Acessado em 12 nov. 2007.

SABOURIN, E. Dádiva e reciprocidade nas sociedades rurais contemporâneas. In: ENCONTRO NORTE E NORDESTE DE CIÊNCIAS SOCIAIS, 11. 2003, Aracajú. **Anais...** Aracajú: UFS, 2003. v. 1, p. 1-26.

SETE DE SETEMBRO. Prefeitura Municipal. **Portal de Sete de Setembro**. 2007. Disponível em: <<http://www.setedesetembro.rs.cnm.org.br>>. Acessado em: 12 fev. 2007.

SILVA, J. G. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas, SP: Editora UNICAMP, 1998.

STOCKMANN, M. **A percepção das mudanças numa cooperativa de produção decorrentes de uma aliança estratégica: caso da Cooperativa dos Suinocultores de Encantado LTDA. com a Tetra pack**. 2002. Dissertação (Mestrado em Administração) – Programa de Pós Graduação em Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, convênio com a UNIVATES, Lajeado, 2002.

TESCHE, R. W. **As relações de reciprocidade e redes de cooperação no desempenho socioeconômico da agricultura familiar: o caso dos produtores de leite do município de Sete**

de Setembro/RS. 2008. Dissertação (mestrado em Desenvolvimento Rural) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

WOLF, E. **Sociedades camponesas.** Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

_____. **Antropologia e poder.** Brasília: Editora da Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo; Campinas, SP: Editora Unicamp, 2003.